

O corpo para o capital: revisitando a história da Educação Física no Brasil

Body for capital: revisiting the history of Physical Education in Brazil

Sandro de Mello Justo

Licenciado em Educação Física e especialista em
Pedagogia Crítica da Educação Física - UFRJ;
Mestre em Educação – UFF.
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
sandro.mellojusto@gmail.com

Resumo

No presente estudo temos por objetivo visitar a história da Educação Física no Brasil tendo como foco a análise das principais tendências conservadoras que a influenciaram ao longo de sua cristalização no cenário escolar: as tendências higienista, militarista e tecnicista. Localizando-as na construção de uma Educação Física escolar a serviço dos interesses da classe burguesa brasileira, analisamos como tais tendências serviram de pauta para a efetivação deste componente curricular a partir das necessidades materiais históricas que surgiram para a consolidação do capitalismo em nosso país. Percebemos, portanto, que a Educação Física escolar possuiu um papel fundamental na conformação da classe trabalhadora com a dominação burguesa, papel este que, na medida em que construiu uma visão conservadora da Educação Física escolar, também fez surgir a reflexão sobre a necessidade de sua superação a partir do diálogo desta área com teorias sociais críticas.

Palavras-chave: Educação Física escolar. Higienismo. Militarismo. Tecnicismo.

Abstract

In this study we aim to revisit the history of Physical Education in Brazil with a focus on conservative analysis of key trends that influenced the course of their crystallization in a school setting: the tendency hygienist, militaristic and technicality. Locating them in the construction of a physical education school serving the interests of the Brazilian bourgeoisie, we analyze how these trends serve as a guideline for the effectiveness of this curricular component from the historical material needs that emerged for the consolidation of capitalism in our country. We realize, therefore, that the Physical Education plays a key role in shaping the working class to bourgeois rule, a role that, as it built a conservative view of Physical Education, also gave rise to the need for reflection on their overcome through dialogue in this area with critical social theories.

Key words: Hygienism. Militarism. Physical Education. Technicality.

1 Introdução

Ao longo da década de 80 do século passado, o campo da Educação Física incorporou em suas análises discussões pedagógicas bastante influenciadas pelas ciências humanas, principalmente as concepções marxistas de homem e sociedade. Acompanhando este processo de incorporação, em 1992, um coletivo de seis autores elaborou a obra *Metodologia do ensino de Educação Física*, mais conhecida como “Coletivo de Autores”. Esta, pautada no materialismo histórico de Marx e Engels e na pedagogia histórico-crítica de Saviani, revelou-nos uma nova perspectiva de Educação Física escolar, uma perspectiva que tem como proposta uma reflexão crítica sobre os elementos da cultura corporal (jogos, danças, esportes, lutas etc.) analisando-os na materialidade contraditória e alienante da sociedade capitalista. A questão da luta de classes e a lógica dialética na compreensão da realidade se mostraram aspectos centrais do livro. Iniciava-se, dessa forma, a construção de uma concepção marxista de Educação Física escolar tendo como horizonte histórico a superação do modo de produção capitalista.

No entanto, é correto afirmarmos que a gênese dessa construção está somente relacionada a este momento de diálogo entre a Educação Física escolar e a teoria marxista? Decerto que não. A nosso ver, é conveniente pensarmos que, para se compreender o surgimento desta construção, faz-se necessário olharmos para o passado e analisarmos como ocorreu o processo de consolidação de uma Educação Física na escola que promulgasse os interesses da classe dominante. Assim, tendo esta necessidade em vista, revisitaremos, aqui, as três tendências político-pedagógicas conservadoras que mais se mostraram influentes na história da Educação Física no Brasil: a higienista, a militarista e a tecnicista. Como toda tendência ou prática pedagógica nasce de necessidades sociais concretas (COLETIVO DE AUTORES, 1992), ao analisarmos as referidas tendências, buscaremos contextualizar historicamente os momentos em que as mesmas surgiram, ou seja, visualizar sob quais condições históricas materiais elas foram construídas. Assim, poderemos compreender não só o seu caráter pedagógico como também, inevitavelmente, o político.

A partir desse mergulho histórico-crítico esperamos contribuir para uma melhor compreensão do por que de uma construção materialista histórica de Educação Física escolar, construção esta iniciada sistematicamente na obra do Coletivo de Autores e ainda presente nos debates acadêmicos atuais.

2 O pensamento médico higienista

Michel Foucault em sua obra *Microfísica do poder* (1990) analisou a medicina moderna se reportando aos casos vistos na Alemanha, França e Inglaterra. Logo no início do capítulo intitulado “O nascimento da medicina social” ele diz que, ao contrário do que alguns pensavam, a medicina moderna que nascera em fins do século XVIII poderia ser caracterizada como uma medicina social, e não individual, tendo como base uma tecnologia do corpo social (FOUCAULT, 1990). O mesmo autor nos mostra que o capitalismo tinha socializado o corpo como força de trabalho e, assim, o controle da sociedade não se reduziria apenas na ideologia e sim começando no/com o corpo; “A medicina é uma estratégia bio-política” (FOUCAULT, 1990, p. 80). No capítulo V do livro *Microfísica do poder* fica claro que a medicina social moderna que nascera possuía um caráter dialético contraditório: ao mesmo tempo em que libertava, aprisionava. Libertava, pois realmente possibilitava o combate às epidemias que assolavam a Europa e aprisionava porque era utilizada como mecanismo de controle e disciplinarização das massas urbanas.

O pensamento médico higienista europeu, assim, criou valores, hábitos e normas imprescindíveis para o começo da consolidação de uma civilização burguesa e que deveriam ser apreendidos pela classe trabalhadora com o objetivo de manter a ordem social. A instituição escolar, por sua vez, possuiu um papel muito importante nesse contexto disciplinador já que, como diz Ponce (apud SOARES, 2007, p. 34), “[...] a educação não é um fenômeno acidental dentro de uma sociedade de classes”. Dessa forma, a “pedagogia da higiene e dos bons costumes” invade propositalmente o espaço escolar europeu e, por consequência também não arbitrária, a Educação Física escolar acaba sendo vista com “bons olhos” pelos arautos do pensamento médico higienista na Europa. Nesse contexto surgem métodos para a prática da ginástica dentro e fora da escola: o método alemão, o sueco e o francês. Estes correspondiam aos primeiros países a sistematizarem a ginástica na sociedade burguesa, sendo o método francês o que mais influenciou a Educação Física escolar em suas primeiras práticas na escola brasileira.

O método francês teve fortes influências das ideias pedagógicas de Rousseau e se pautava em exercícios que tinham como objetivo educar o “homem universal”, ou seja, o homem em todos os seus aspectos sociais e morais e não só biológicos. Seu fundador foi D. Francisco de Amoros que visualizava a ginástica

como redentora dos problemas sociais, pois a partir dela poderia se desenvolver o ser humano integralmente e, por consequência, o prolongamento da vida e da espécie humana seriam alcançados sem se modificar a estrutura social. Esse método – assim como o sueco e o alemão – não possuía bases científicas em sua sistematização e, devido a essa carência, na segunda metade do século XIX surgiram, na ginástica francesa, influências científicas de médicos higienistas. Os principais representantes desse novo caráter do método ginástico francês foram Fernand Lagrange, Esteban Marey, Philippe Tissié e George Demey, sendo os dois últimos bastante citados no Brasil por Rui Barbosa e Fernando de Azevedo quando estes defenderam as bases científicas da Educação Física escolar (SOARES, 2007). Analisaremos a seguir as implicações do pensamento médico higienista no Brasil e na Educação Física escolar brasileira.

2.1 Higienismo e Educação Física no Brasil:

mens sana in corpore sano

No Brasil, foi durante a Primeira República (1889-1930) que o pensamento médico higienista teve maior força. Esse período surge a partir das incompatibilidades existentes no seio da elite burguesa brasileira na qual as ideias de uma formação social capitalista e de uma formação social escravista entravam em conflito no final do Império (SOARES, 2007). O advento de uma República liderada por uma elite declaradamente burguesa originou novos estímulos à economia brasileira. Assim, o Brasil caminhava para a implantação de um novo regime econômico e a força de trabalho necessária para a cristalização do capitalismo no país deveria ter possibilidades de se reproduzir, porém o cenário brasileiro era muito parecido com o da Europa no século XIX. Durante as duas primeiras décadas da República os índices de doenças e mortalidades eram muito altos (SOARES, 2007) e isso era um obstáculo para a reprodução da classe trabalhadora. É nesse contexto histórico que o movimento higienista ganha ênfase no discurso da classe dominante defendendo a saúde coletiva como meta e, ao mesmo tempo, inviabilizando o principal objetivo: criar corpos saudáveis e adestrados para a estruturação do capitalismo no país.

As primeiras intervenções dos médicos higienistas, não por acaso, foram nas cidades, pois estas passariam a ser o novo centro de poder da sociedade brasileira.

Tais intervenções, além de controlarem a moral e a saúde do povo, também, e principalmente, o adequavam à nova ordem que estava por se instalar. Nesse cenário é que médicos higienistas e pedagogos se uniram em prol de uma “educação higiênica” que pudesse formar cidadãos saudáveis e aptos a vencerem todas as dificuldades da vida moderna e, assim, a escola acabou sendo vista como o terreno mais propício para tal formação, acompanhada de exercícios físicos (SOARES, 2007).

Os professores, sob a tutela dos médicos, deveriam propiciar aos alunos exercícios ao ar livre como jogos, corridas passeios, saltos, natação etc. e ao mesmo tempo ensinar-lhes hábitos disciplinares e higiênicos próprios da moral burguesa. Sob a égide do escolanovismo, essas ideias de renovação do país, através de uma educação higiênica e moral burguesa, foram cada vez mais ganhando força no cenário educacional fazendo com que os profissionais da Educação Física se transformassem nos vendedores da bela e da força e nos arautos da saúde (SOARES, 2007). As implicações dessa influência higienista no pensamento pedagógico brasileiro podem ser corroboradas também através dos posicionamentos de importantes autores da educação. Conforme Castellani Filho (2000), dois dos intelectuais brasileiros mais representativos da tendência higienista da Educação Física escolar, no Brasil, foram Rui Barbosa e Fernando Azevedo. Estes, segundo o autor, defendiam o discurso *mens sana in corpore sano*, já que os mesmos advogavam a necessidade de formar jovens com corpos saudáveis e higiênicos por meio da ginástica para que, assim, pudessem ter uma mente sã (CASTELLANI FILHO, 2000). Este seria o ser humano educado em sua integralidade, aos olhos desses intelectuais.

Revisitando de forma histórico-crítica o pensamento higienista e suas implicações na Educação Física escolar brasileira, pudemos compreender o quanto esta tendência foi politicamente e pedagogicamente aliada aos interesses dominantes formando novos homens para atenderem às novas necessidades. Veremos agora quais necessidades fizeram surgir outra tendência político-pedagógica da Educação Física escolar: a militarista.

3 Um “homem novo” para o Estado Novo

Em 1930 o governo de Washington Luiz era deposto do poder por um movimento armado originado da crise de desenvolvimento que atingia

o Brasil desde o fim da década de 1920 (ROMANELLI, 2001). Através da “Revolução de 30” e de outros movimentos que fizeram parte do cenário brasileiro no pós-30, se deu início a um período que ficaria marcado na história de nosso país quando da implantação definitiva do capitalismo e da industrialização brasileira. Em 1930, mediante um processo eleitoral marcado pela fraude, como de costume, Getúlio Vargas chega à chefia do estado brasileiro iniciando o que ficou conhecido como Governo Provisório (1930-1937), porém, devido aos diversos movimentos revolucionários (de direita e de esquerda) que vinham agindo, de forma cada vez mais acintosa, e agitando o contexto político brasileiro, no dia 10 de novembro de 1937 Vargas anunciava, em cadeia de rádio, o início de um período ditatorial no país, o Estado Novo (1937-1945). Esse período nasce, portanto, motivado por conturbações políticas que vinham ocorrendo, mas principalmente pelo medo de um avanço dos movimentos populares. Assim, o “perigo do comunismo” foi um ponto sempre recorrente nos discursos da classe que se fizera dirigente.

O Estado Novo foi marcado por mudanças importantes na economia brasileira, caracterizado pela transição de uma sociedade agro-exportadora para uma sociedade urbano-industrial. O setor da indústria seria, a partir de então, o elemento central na dinâmica econômica do Brasil e, para tal, o Estado teve papel intervencionista fundamental. Mantendo oposição ao liberalismo da Primeira República, a ditadura de Vargas construiu um projeto político-econômico que enfatizava a importância do cidadão brasileiro no processo de “renovação” do país e, assim, a formação de um “Homem Novo” seria necessária para a solidificação de um Estado Novo. Neste contexto, Dias (2008) ratificou como a relação entre trabalho e educação foi concebida na formação desse “Homem Novo”. Citando Vargas, a autora coloca que educação e trabalho deveriam ser considerados como problemas nacionais sendo necessária a consolidação de uma educação nacional (VARGAS apud DIAS, 2008). Seguindo este ideal, a formação profissional da classe trabalhadora teve papel importante no projeto político-econômico do Estado Novo que tinha como principal objetivo a industrialização definitiva do Brasil e, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a questão da qualificação técnica dos trabalhadores pôde ser impulsionada. Porém, não se poderia

formar profissionalmente qualquer tipo de classe trabalhadora e sim uma classe eficiente não só em aspectos técnicos como também em aspectos ideológicos. Sempre pautada no “anticomunismo”, a campanha populista de Vargas fez questão de salientar a importância do trabalhador nacionalista, aquele que não pouparia esforços na construção de uma pátria nova, aquele que, embutido de valores incontestáveis transmitidos pela educação escolar, não se submeteria a contestar o projeto político-econômico do governo. Isto se confirma ao analisarmos o pronunciamento de Francisco Campos, autor da Carta Magna de 37, no qual diz que “A Educação não tem o seu fim em si mesma; é um processo destinado a servir a certos valores e pressupõe, portanto, a existência de valores sobre alguns dos quais a discussão não pode ser admitida” (SILVA apud CASTELLANI FILHO, 2000, p. 83). Seguindo este caminho, mais uma vez a Educação Física escolar se tornaria protagonista na formação do cidadão brasileiro, agora atrelada ao pensamento militar de forma marcante.

Neste contexto, Educação Física e Educação Moral e Cívica formavam um elo da mesma corrente. Alcir Lenharo apud Castellani Filho (2000) chamou a primeira de “militarização do corpo” e a segunda de “militarização do espiritual” ratificando a relação do pensamento militar com a educação brasileira na época. Acreditava-se que a disciplina e a hierarquia militares seriam fundamentais para a formação do “Homem Novo”, comprometido com o bem da nação.

Em 1933 foi fundada a Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro, substituindo o Centro Militar de Educação Física, com o objetivo de formar um quadro docente capaz de reproduzir nas escolas os ideais da instituição militar. Utilizando o Método Francês de Ginástica (já comentado anteriormente), os novos professores deveriam por em prática as técnicas disciplinadoras do Exército com o objetivo de formar uma juventude nacionalista apta a cuidar da segurança do país. As ideias nacionalistas eram tão semelhantes às do fascismo italiano e nazismo alemão que, em 8 de março de 1940, se promulgou o Decreto-lei nº 2.072. Este, ao discorrer sobre a obrigatoriedade da Educação Cívica, Moral e Física, organizava a formação de uma instituição nacional chamada “Juventude Brasileira” tendo por objetivo, segundo palavras de Vargas, constituir uma reserva de jovens capazes de cumprirem demandas patrióticas quando

recrutados (CASTELLANI FILHO, 2000). O interessante é que instituições parecidas já existiam na Itália (os Balila e os Avanguardisti) e na Alemanha (a Juventude Hitlerista). A Juventude Brasileira não chegou a se consolidar na prática, porém sua idealização serve de exemplo para ratificarmos o desejo dos militares e da classe dirigente em formar jovens alinhados com a ideologia da classe dominante (CASTELLANI FILHO, 2000).

Assim, a disciplina e a hierarquia militares, mediadas pela Educação Física escolar, seriam bastante funcionais para a adequação da classe trabalhadora à disciplina rígida da indústria nascente sendo, dessa forma, mais produtivos para o capital e para estarem aptos a defenderem irrefletidamente a nação contra as ações subversivas ao governo, internas ou externas. Disciplinar e adestrar sempre foram tarefas próprias do Exército, porém, no Estado Novo, essas tarefas deveriam ser executas também na escola com o intuito de assegurar o “abafamento” de qualquer ação opositora à ditadura varguista e o princípio dos deveres para com o progresso econômico-industrial, formando-se, assim, uma classe trabalhadora adestrada, dócil e eficientemente capaz de consolidar a industrialização definitiva do país. Sem dúvida a Educação Física escolar teve papel fundamental na cristalização desses princípios pautados no militarismo e, portanto, foi peça chave para o fortalecimento da ideologia dominante durante o Estado Novo. As influências da tendência militarista na Educação Física escolar perduram até hoje sendo este componente curricular comumente associado à questão da disciplina corporal vista nas instituições militares. O grande entrave, porém, não é a disciplina em si e sim para quais objetivos se busca disciplinar, pois, afinal, para nos organizarmos com o intuito de lutarmos contra os interesses capitalistas, a disciplina seria fundamental. Obviamente a disciplina e o adestramento militares não seguem por esse caminho assim como no pensamento médico higienista a transmissão de hábitos saudáveis para a população tinha como principal objetivo adaptá-los à sociedade burguesa que dava seus primeiros passos na sua construção.

Vimos, até aqui, que tanto a tendência político-pedagógica higienista quanto a militarista estiveram a serviço dos interesses da classe dominante brasileira. Daremos agora um salto de cerca de 20 anos e analisaremos, brevemente, como a Educação Física escolar foi vista num dos períodos mais nebulosos e tristes da história brasileira: a Ditadura Militar (1964-1985).

4 O tecnicismo esportivo na Ditadura Militar

Ao abordar a Ditadura Militar no Brasil, é comum pouco se falar do importante papel dos empresários tanto durante a formação de um bloco de intelectuais orgânicos capaz de proporcionar o golpe de Estado quanto durante os anos da ditadura em si. Dreifuss (1981) nos mostra que a elite responsável pela tomada de poder era constituída por um complexo e articulado conjunto de interesses representados por certas frações da classe dominante: empresários e tecno-empresários, a tecno-burocracia e, enfim, os oficiais militares. Esses, por sua vez, eram os intelectuais orgânicos do novo bloco econômico que já vinha se fortalecendo desde os anos de 1950 inclusive durante o governo de Juscelino Kubitschek e que pautavam seus interesses no poder do capital multinacional coadunado com certos ideais estrangeiros, principalmente os norte-americanos, já que “Ideologias americanas de ‘construção nacional’ foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial” (DREIFUSS, 1981, p. 79). Portanto, todo o desenrolar do Golpe de 64, suas fases pré e pós, logicamente, tiveram uma participação fundamental dos militares, mas de mesma importância também houve uma participação dirigente da burguesia empresarial muito alicerçada no IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), fundado em 1961 sendo um tipo de “[...] partido ideológico do empresariado [...]” (SAVIANI, 1997, p. 22) até o fim de seu funcionamento em 1971.

Durante a Ditadura, o cenário de repressão covarde baseado na integração entre interesses militares e empresariais, foi acompanhado por mudanças significativas na educação. Saviani (1997), analisando o processo de elaboração de nossa primeira LDB (Lei 4.024/61) e as Reformas desta (Leis 5.540/68 e 5.692/71), chegou à conclusão de que os ideais liberais da LDB de 1961, com suas Reformas de 1968 e 1971, foram substituídos por ideais tecnicistas. Explicitava-se na tendência tecnicista:

[...] um entendimento do sistema educacional associado, quase que mecanicamente, à qualificação profissional, pautado em parâmetros fixados por uma formação técnico-profissionalizante respaldada na concepção analítica de Educação, pertencente ao

quadro das Teorias Acríticas de Filosofia da Educação — conforme classificação de Saviani — geradora de posturas despidas de criticidade, apoiada e paralelamente ratificadora do modelo tecnocrático de desenvolvimento, traduzido, em termos de Política educacional na Teoria do Capital Humano, referencial teórico do tecnocratismo educacional. (CASTELLANI FILHO, 2000, p. 104-105).

Assim, podemos dizer que no tecnicismo educacional:

[...] não se cuida de Homens, mas de força de trabalho, não se trata de construção de Homens historicamente determinados, mas de elaboração de um fator de produção necessário — força de trabalho nos vários níveis e tipos de qualificação técnica. (PEREIRA apud CASTELLANI FILHO, 2000, p. 106).

A visão tecnocrática da educação era pautada nos interesses político-econômicos dos militares e empresários que compreendiam a racionalidade técnica no mundo do trabalho como fundamental para o fortalecimento do capital nacional em consonância com as demandas do capital estrangeiro. Por isso salientamos no começo do texto a importância da burguesia empresarial na história da Ditadura Militar, pois agora a escola passaria a ser vista como um espaço semelhante ao espaço racionalizado da empresa. Assim, dentro dessa “escola técnico-empresarial” a Educação Física, mais uma vez subsumida na lógica capitalista, possuiria um lugar de destaque tendo como ênfase o esporte.

No esporte de alto rendimento o bom desempenho técnico de um atleta exige eficiência, disciplina e alta produtividade. Podemos, portanto, fazer uma analogia com a empresa ou com a fábrica, onde os trabalhadores, para serem capazes de produzirem maiores lucros aos capitalistas, também necessitam desses atributos. O trabalhador ideal poderia então ser comparado a um atleta de ponta e foi a partir desse pensamento que o tecnicismo esportivo se tornou uma importante tendência político-pedagógica no período da Ditadura Militar. Substituindo a “Divisão de Educação Física”, em 1969 foi criado o “Departamento de Educação Física e Desporto” que era subordinado diretamente ao Ministério de Educação e Cultura. Esse

órgão do governo teve como uma de suas funções propagar na sociedade uma “consciência esportiva” fazendo com que todos os cidadãos brasileiros compreendessem a importância do esporte, aliado com a educação, na construção da ordem e progresso nacionais. A “ideologia do esporte” invadia todos os espaços sociais e principalmente a escola por intermédio da Educação Física. Porém, não era um esporte “da” escola que se via, ou seja, um esporte elaborado à luz dos interesses da instituição escolar, e sim um esporte “na” escola, esporte esse baseado no treinamento técnico de alto rendimento com todas as suas características seletivas e de desenvolvimento da aptidão física. Assim, pela Educação Física escolar, formar-se-iam jovens atletas que poderiam futuramente representar o Brasil no exterior e jovens trabalhadores aptos fisicamente a se inserirem no mundo técnico-racional do trabalho. Enquanto o esporte tecnicista na escola servia de auxílio para a formação de “recursos humanos” tanto para serem utilizados no meio esportivo quanto para serem utilizados no mercado de trabalho, o esporte na sociedade em geral servia de ferramenta ideológica de alienação. Consolidava-se, portanto, cada vez mais a subsunção do trabalhador nos domínios dos interesses capitalistas.

5 Considerações finais

Tendo em vista as três análises feitas sobre as tendências da Educação Física escolar que predominaram em certos momentos da educação brasileira, podemos concluir que todas elas estiveram sempre a serviço da consolidação do capitalismo no Brasil. Assim, construiu-se uma perspectiva de Educação Física escolar atrelada ao desenvolvimento físico necessário à ordem burguesa. Contudo, como já apontamos, a partir da década de 1980, este modelo de Educação Física começou a ser contestado no campo acadêmico com o advento de perspectivas críticas da área, entre elas a que se mostrou presente no “Coletivo de Autores”, obra referenciada na teoria marxista.

A partir do resgate histórico feito neste artigo, acreditamos ter elucidado a relevância do surgimento de obras como essa e da construção de uma concepção de Educação Física escolar que vá de encontro

à concepção que acabamos de abordar nas páginas anteriores; uma concepção compromissada com os interesses da classe trabalhadora. A tarefa é árdua para aqueles que se contrapõem aos ditames da educação capitalista, porém, olhando o passado, como fizemos aqui, somos capazes de interpretar melhor o presente e, conseqüentemente, elaborar mais subsídios para a luta contra-hegemônica.

Referências

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

DIAS, Amália. *Apostolado cívico e trabalhadores do ensino: história do magistério do ensino secundário no Brasil (1931-1946)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação. Orientadora: Cláudia Alves. Niterói, 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: LDB – Trajetória, limites e perspectivas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SOARES, Carmem Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

recebido em 18 jul. 2011 / aprovado em 7 nov. 2011

Para referenciar este texto:

JUSTO, S. M. O corpo para o capital: revisitando a história da Educação Física no Brasil. *Dialogia*, São Paulo, n. 14, p. 77-88, 2011.